

Alcances e limites de *insights* do agonismo mouffeano para além das fronteiras nacionais
 MOUFFE, Chantal. (2013). *Agonistics: thinking the world politically*. Londres / Nova York, Verso.

Desde a década de 1980, Chantal Mouffe vem proporcionando reflexões voltadas à construção de um projeto democrático para a esquerda. Em *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1987), obra escrita com Ernesto Laclau, Mouffe já percebia o distanciamento entre as teorizações marxistas sobre transformação societária e as práticas dos movimentos sociais que desafiavam as conformações hegemônicas dominantes. Na obra, foi redigida uma ancoragem para pensar lutas sociais contemporâneas apoiadas na radicalização do projeto democrático (LACLAU; MOUFFE, 1987 [1985]). Aproximando o conceito gramsciano de hegemonia à crítica pós-estruturalista, os autores apresentaram o *antagonismo* enquanto negatividade, impossibilidade de construção da sociedade como totalidade devido às diferenças entre identidades políticas; e também como constituinte da noção mais central de disputa pela *hegemonia* – entendida como a lógica do social expressada no conjunto de práticas articulatórias estabelecedoras de uma ordem contingente de relações de poder.

As noções de antagonismo e hegemonia foram centrais para Mouffe desenvolver, em obras subsequentes, o conceito de *agonismo*. A autora debruçou-se sobre Carl Schmitt e sua noção de relações amigo/inimigo para aperfeiçoar a abordagem de *antagonismo*. Para Mouffe, o agonismo se funda no antagonismo, mas representa a sublimação da relação entre inimigos para o estabelecimento, no terreno institucional democrático da política, de relações entre adversários (MOUFFE, 2013). No intento de demonstrar os alcances de sua abordagem para as relações internacionais, a autora publicou “*Agonistics: thinking the world politically*”. Na obra, ela apresenta ensaios aprimorados de seus *papers* apresentados em eventos e recupera escritos anteriores – tanto aquele com Laclau, como também “*Dimensions of Radical Democracy*”, “*On The Political*”, “*The Democratic Paradox*” e “*The Return of the Political*”.

Agonistics é dividido em seis partes. Na primeira, são retomadas as discussões prévias da autora sobre o modelo agonístico, em contraste com os modelos democráticos deliberativo e agregativo. Na segunda parte, são analisadas as relações internacionais contemporâneas e a emergência de

múltiplos polos de poder. Na terceira, a Europa é tomada como objeto de análise, considerando as potencialidades do aprofundamento do processo político de integração da União Europeia. Na quarta parte, teorias políticas radicais são apresentadas para verificar suas capacidades analítico-prescritivas sobre “a política” (âmbito institucional) e “o político” (âmbito do confronto antagonístico). A quinta parte discute práticas artísticas na construção de contra-hegemonias. A sexta parte do livro é conclusiva e também foi aproveitada pela autora para analisar insurgências populares de 2011 e 2012, em especial dos movimentos *Occupy* dos EUA, *Indignados* na Espanha, *Aganaktismenoi* e o partido *Syriza*, na Grécia.

O primeiro capítulo retoma conceitos fundantes do agonismo, distinguindo entre as visões mouffeana, de Hannah Arendt e de Nietzsche. A crítica de Mouffe aos dois autores e aos seguidores deles assemelha-se às demais tecidas pela autora a outros pensadores: faltaria reconhecer a centralidade do conflito, fundamental da relação entre agonismo e antagonismo, que estabelece fronteiras como nichos de inclusão/exclusão entre “nós” e “eles” e que pode desafiar a hegemonia dominante ao transformar relações de poder (pp.37-46). Os sentidos de antagonismo e agonismo, a distinção entre “a política” e “o político”, entre outros, também se apresentam no capítulo, que consiste em glossário indispensável para novos leitores de Mouffe.

Para trazer aqui um pouco dessas noções, recuperam-se em grosso modo algumas conexões e significações traçadas pela autora: a *natureza da luta* hegemônica se constituiria na esquerda contemporânea por meio da construção de uma *cadeia de equivalência*, articulando diversas demandas democráticas (p. 45). Tal luta se comporia num cenário de *antagonismo* que, se é inerradicável, deve ser sublimado junto com as paixões no exercício da política democrática (p. 33-36). Mais além, em contextos liberais pluralistas, seria na arena da política democrática que se tomam as decisões sobre o sentido das instituições sociais e da ordem, ou seja, da expressão de uma configuração de poder (p. 23). Nessas condições, o conflito é crucial, e sua ausência ameaçaria uma substituição por valores morais (ou identidades essencialistas) inegociáveis. Por sua vez, o consenso, tal como proposto pelo modelo democrático-deliberativo rawlsiano ou habermasiano, ou é projeto impossível ou é antidemocrático. Assim, só seria possível falar em *consensos conflituosos* (p.34), sempre contingentes, acompanhados por divergências e discordâncias, e que podem ser operados por *adversários* – atores que compartilham de uma identidade comum sobre os princípios

democráticos enquanto podem discordar de sua interpretação (p.32).

Na segunda parte do livro, a autora pergunta qual democracia deve ser empregada num mundo multipolar agonístico. O capítulo apresenta *insights* do modelo agonístico para o campo das relações internacionais. Em contraposição aos teóricos da democracia cosmopolita, Mouffe traz como tese central a falta de canais políticos voltados ao desafio à hegemonia do modelo neoliberal de globalização, que leva à proliferação de discursos anti-institucionalistas e contra a ordem internacional estabelecida (p.54). Mouffe se posiciona radicalmente contra teóricos cosmopolitas que, tal como David Held, reconheceriam uma pluralidade neutra de formas de pertencimento e de fidelidades definidoras de um padrão ético (p.57). Assim, Mouffe descreve autores como Mignolo (2003) e Bhabha (1998) como novos cosmopolitas que, apesar criticarem o eurocentrismo, partilhariam de um tom kantiano racionalista e universalista, ignorando o *político* em sua dimensão antagonística (p.57).

Entretanto, nessa crítica, Mouffe parece apresentar escasso conhecimento sobre o conjunto do pensamento dos autores que enquadra como novos cosmopolitas. Mignolo (2003) propõe um projeto societário parecido em vários pontos com aquele mouffeano, de construção de relações sociais pautadas por hegemonias múltiplas. Seu projeto considera razões subalternas emergentes de conflitos capazes de uma descolonização intelectual, política e econômica. O uso do termo “cosmopolitismo” em Mignolo, assim como em Bhabha (1998), antes de representar uma adesão acrítica ao modelo kantiano, é emblemático de uma prática comum entre autores das abordagens chamadas pós-coloniais ou decoloniais: a apropriação de um termo europeu para ressemantizá-lo com propósitos de hibridização e resistência, disputando novos sentidos para o signo. Em Sousa Santos (2008), é emblemático esse exercício no conceito de *cosmopolitismo subalterno*, que se expressaria em movimentos sociais do Sul. O conceito é fundante de seu projeto de globalização contra-hegemônica, alternativa ao que o autor chama fascismo social, que consistiria em processos de exclusão de sujeitos e grupos.

A proposta democrática de Mouffe pretende superar o modelo político e econômico neoliberal imposto ao mundo: seria apenas por meio da pluralização agonística de hegemonias que uma outra ordem mundial poderia se estabelecer (p.60). E diversos contornos democráticos poderiam levar o projeto da pluralização de hegemonias em conta, já que não se deve considerar a democracia liberal ocidental como a única forma legítima de

democracia (p.90). Entretanto, sua visão sobre as Relações Internacionais dá protagonismo ao Estado, e uma noção de sociedade civil global seria concebida como um desencontro com a realidade, já que não haveria comunidade política equivalente ao Estado em nível mundial para interlocução (p.61).

No terceiro capítulo, a preocupação está em discutir a integração europeia como uma estratégia possível para as esquerdas do continente. A autora discorda do euroceticismo (p.123), uma posição compartilhada por vários grupos de esquerda que simplificariam o processo de integração ao equivaler a União Europeia (UE) ao projeto neoliberal. Mouffe apoia a integração europeia por reconhecer que a UE tem como cerne histórico um acordo de garantia de paz no continente e por perceber que pode haver ali a implantação de um projeto sociopolítico com potencial para se colocar como alternativo ao neoliberal. A autora discute a importância da consideração das identidades nacionais, regionais e locais, que manteriam seu papel na dimensão continental. Recuperando a noção de *demoi¹-cracy*, de Nicolaïdis, o projeto de Mouffe compreende um “nós” para a integração dos diversos povos da UE moldado a partir do compartilhamento entre as diversas identidades num processo de governança multicêntrica – antes que multinível (p. 108-111). Com apoio dos escritos de Cacciari e Beaude, a União é pensada pela autora como um projeto federalista que mantém a existência política dos Estados-nacionais enquanto cria um tipo de identidade europeia que estabeleceria condições de autonomia organizadas em múltiplas relações (CACCIARI apud MOUFFE, 2013, p.114). Ao distinguir o projeto europeu do modelo neoliberal, a autora destaca a possibilidade de uma articulação de esquerda que vise superar o modelo econômico-financeiro que transborda para o modelo de desenvolvimento presente no mundo. Uma UE dotada de projeto sociopolítico democratizante radical seria necessária para a instauração de uma multipolaridade agonística que reconheça a pluralidade das formas de vida e modos de organização, em um contexto reduzido de confrontos antagônicos (p.133-5).

Na quarta parte do livro, a autora critica os teóricos que fomentam os discursos que tendem a incitar a *retirada* dos movimentos sociais de espaços institucionais. Para ela, tal estratégia seria desempoderadora de quaisquer

¹ Do grego *demoi*, refere-se ao plural de *demos*. Destaca-se, com esse termo, a pluralidade dos povos.

propósitos de radicalização democrática. Em contraponto, ela compreende que o *engajamento* com espaços institucionais torna possível a participação da sociedade na criação de novas ordens hegemônicas (p.216-217). Mouffe apresenta em linhas gerais tanto as noções de *êxodo*, de Paul Virno, como as de *império* e *multidão*, de Hardt e Negri, para argumentar que a deserção em massa do Estado e a ausência de representação política para a fundação e um autogoverno de multidões seriam modelos vazios de política radical (p.146-148). Na crítica tecida, que passa por seu argumento mais geral de que Hardt, Negri e Virno não captam a dimensão essencial *do político*, Mouffe defende a centralidade do papel das instituições democráticas liberais para a construção de outras hegemonias possíveis. Na busca pela hegemonia de uma esquerda para além do projeto comunista e que combine movimentos sociais, partidos e sindicatos, o conflito não se daria meramente contra o capitalismo, mas sim pela direção dos pontos nodais de poder (p.156).

É nesse argumento que fica mais latente a ambivalência fundante da autora: seu propósito se realizaria ao superar o (neo)liberalismo por meio da negociação em consensos conflituosos com representantes de instituições, justamente, liberais. Se os autores que ela critica seriam cegos à dimensão essencial do político, ela pode ser criticada por ser, no mínimo, míope quanto às capacidades transformadoras da democracia pluralista (de contorno liberal-burguês). A autora subdimensiona o papel das articulações externas às instituições estatais de maneira semelhante a que Virno, Hardt e Negri subdimensionariam o papel dos canais político-institucionais de contestação. Dessa maneira, ela descarta o entranhamento do neoliberalismo às conformações das identificações dos sujeitos políticos e quase não se preocupa, para colocar em seus próprios termos, com o posicionamento dos atores estatais na relação entre adversários.

O quinto capítulo é sobre política agonística e práticas artísticas. A autora compreende que a arte ainda pode ter um papel crítico na sociedade, provocando o desenvolvimento de novas formas de relações sociais e de novas subjetividades (p. 175), para ela, num terreno privilegiado de lutas contra-hegemônicas para subversão do imaginário social (p.180). Mouffe recupera a discussão de Adorno e Horkheimer sobre a indústria cultural para afirmar que ainda enxerga a possibilidade de produção autônoma, não subsumida pela estética capitalista. Ela aponta a relevância de espaços educacionais e culturais, como os museus, que (apesar de terem surgido com o aprofundamento da hegemonia liberal-burguesa (p.204) poderiam se tornar espaços de resistência. Ainda assim, o papel das práticas

artísticas seria inferior a outros de cunho mais institucional. A despeito de as práticas artísticas serem instrumentais para questionar o status quo (p.190), a resistência promovida pelos artistas e suas intervenções em espaços subvertidos e espaços públicos não seria suficiente para confrontar a hegemonia dominante.

Na sexta parte do livro, sob a luz da abordagem agonística, foram observados protestos ocorridos em vários pontos do mundo em 2011 e 2012. A autora inicia sua argumentação afirmando que, apesar de características similares como a ocupação de espaços públicos e o uso de redes sociais virtuais, as lutas insurgentes em países como o Egito, Tunísia, Líbia, Síria, França, Inglaterra, Israel, Grécia, Espanha, Chile e Estados Unidos foram bastante heterogêneas. O mal-estar com as instituições políticas, antes de se restringir as reações às medidas de austeridade, apontaria para a crise do modelo democrático, e também para distintas abordagens sobre a política – algumas das manifestações eram, inclusive, reivindicatórias do modelo democrático questionado por outrem (caso de várias vozes no Oriente Médio). Para Mouffe, entender que os movimentos anunciariam uma política de novo tipo, molecular, que visa deslocar as formas arcaicas de representação política, seria precipitado e problemático.

Conforme a autora, seria um erro considerar estudantes chilenos (de esquerda mais clássica, em organização mais formal com líderes, sem rejeitar filiações partidárias) na mesma categoria dos *indignados* da Espanha (que rejeitavam a democracia representativa e a vinculação a instituições políticas como partidos, eleições e sindicatos) (p. 216-7). O *Aganaktismenoi*, versão grega dos *Indignados* espanhóis, e muitos movimentos *Occupy* da Europa e dos Estados Unidos, tiveram postura semelhante e consideraram como *inimigas* as instituições financeiras (ou o 1% que oprime os demais 99%), correndo o risco de assumir posturas moralistas. Nesses casos, no início, os ativistas tiveram como foco estabelecer campos em praças públicas e, em uma segunda fase, teriam tentado diversificar suas formas de protesto para mais locais e organizadas em torno de questões distintas, como despejos, dívida, hipotecas. De acordo com a autora, o papel dos partidos não deveria ser desprezado. O caso grego é destacado devido ao fortalecimento do *Syriza*², um partido aglutinador de demandas de esquerda. Os protestos em

² Uma coligação de partidos de esquerda que insurgiu institucionalmente como partido em 2012, depois de oito anos de atuação como aliança. Em 2014, o partido elegeu o primeiro-ministro do país.

terreno europeu e norte-americano representariam uma recusa da ordem pós-política e deveriam ser tomados como uma chamada pela radicalização de instituições liberal-democráticas. As demandas seriam por formas de representação mais inclusivas. Para Mouffe, as identidades políticas coletivas seriam construídas por meio da representação, e quando as alternativas em processos representativos são pasteurizadas, a hegemonia dominante se fortalece. Seria necessária a emergência de esquerdas capazes de oferecer alternativas ao consenso liberal dominante. De tal modo, seria possível reestabelecer valores democráticos (p. 249), tudo isso no marco mesmo da democracia representativa.

Apesar das diversas afirmações de que a democracia liberal ocidental não configuraria o único modelo democrático possível, são inúmeros os argumentos da autora em sua preferência absoluta pelo caminho da democracia representativa liberal. Para nutrir a sensação de ambiguidade que paira na conclusão da leitura do provocante *Agonistics*, vale apontar que, apesar do apelo à centralidade do conflito para a superação da ordem política, o agonismo mouffeano parece não se sustentar (MIGUEL, 2014; ARDITI, 2008) nem em sua pretensão de assumir-se enquanto modelo democrático alternativo nem no seu destaque ao antagonismo para, então, abrandá-lo – em exercício que se assemelharia ao de autores que critica.

No que tange às relações internacionais, há outro paradoxo (ou, pelo menos, uma abordagem bastante parcial). Ao pretender pensar o mundo politicamente, foi ignorada pela autora a dimensão das consequências do capitalismo contemporâneo, que extrapola o controle de mecanismos democráticos estatais (e extrapolaria ao controle até mesmo da federação europeia imaginada por Mouffe). Enfrentando essa questão estariam diversas redes transnacionais de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 1999), articuladas com propósitos compartilhados de incidência transformadora sobre instituições internacionais e a economia, bem como em mudanças societárias de valores, projetos e identidades. E é sobre essas (e outras) questões que estão dissertando alguns dos chamados novos cosmopolitas, tão rapidamente desprezados pela autora.

Apesar de alguns artistas e museus serem nominalmente indicados e descritos por Mouffe, arenas como o Fórum Social Mundial são mencionadas sem nem mesmo serem percebidos, para usar os termos da própria autora, os *processos de identificação/exclusão* e as *cadeias de equivalência* entre os incontáveis grupos que compartilham de sentidos e práticas altermundistas. Essas ausências causam estranhamento, especialmente por tratar-se de uma

pensadora que incitou tantas reflexões sobre os novos movimentos sociais. Se, por um lado, é fácil concordar com a autora que o Estado continua sendo a arena principal da democracia e o ator principal das relações internacionais; por outro lado, ao se pensar o mundo politicamente, é bastante difícil ignorar que, para além da atuação nos canais de contestação democrática dos espaços locais, nacionais e regionais, é também possível e desejável que haja esquerdas articuladas transnacionalmente em torno de um projeto democrático de reencontro dos sentidos da política, tão promíscua e perversamente atrelada ao neoliberalismo.

Fernanda Natasha Bravo Cruz*

Referências

- ARDITI, Benjamin.
(2008). Sobre o "político": com Schmitt e apesar de Schmitt. *Cad. CRH*. Salvador, v. 21, n. 54, p. 423-438.
- BHABHA, Homi.
(1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal.
(1987). *Hegemonia y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid, Ed. Siglo Veintiuno de España.
- MIGNOLO, Walter.
(2003). *Histórias locais/projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- MIGUEL, Luis Felipe.
(2014). Consenso e conflito na teoria democrática: para além do "agonismo". *Lua Nova*, v. 92, p. 13-43.
- MOUFFE, Chantal.
(2013). *Agonistics: thinking the world politically*. Londres / Nova York, Verso.
- (1999 [1993]). *El retorno de lo político: comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical* (Introducción). Barcelona, Paidós.
- SANTOS, Boaventura de Sousa.
(2010). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo, Cortez.
- SCHERER-WARREN, Ilse.
(1999) *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. Rio de Janeiro, Hucitec.
- Recebido em**
fevereiro de 2016
- Aprovado em**
março de 2017

* Fernanda Natasha Bravo Cruz é Professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB), atuante no Departamento de Gestão de Políticas Públicas; e Doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela mesma universidade. E-mail: fernandanatasha@gmail.com .